

ARTIGO | *PAPER*

KUNUMI POTY VERÁ – A (IM)PERMANÊNCIA DO MASSACRE DE CAARAPÓ

KUNUMI POTY VERÁ – THE (IM)PERMANENCE OF THE CAARAPO MASSACRE

Priscila Lini ^a

^a Docente na Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

RESUMO

As questões fundiárias extremamente violentas no estado de Mato Grosso do Sul estão diretamente vinculadas à estratégia neocolonial de sobreposição do agronegócio exportador aos territórios tradicionais indígenas. O estado congrega em seu território nove povos – Terena, Guarani, Kaiowá, Ofaié, Kadiwéu, Guató, Kinikinaw, Atikum e Kamba – que, cada um a sua maneira, enfrentam as graves consequências da usurpação territorial. Especificamente os Guarani – Ñandeva e Mbya – e Kaiowá, ocupam as regiões do sul e sudoeste, onde no passado a exploração da erva-mate e atualmente a sojicultura e a expansão da especulação imobiliária lhes retira o território tradicional de vida. Na cidade de Caarapó, em 2016, fazendeiros e jagunços fortemente armados assassinaram o agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 23 anos, e deixaram outros seis indígenas feridos por armas de fogo, em uma ação extremamente violenta, que envolveu inclusive o uso de retroescavadeiras e o incêndio intencional de pertences dos indígenas – moradias, ferramentas e utensílios. Uma vez que as áreas em litígio não são demarcadas, denominadas como *retomadas*, sua constante mudança é uma característica marcante, que impede a realização de trabalhos tradicionais de arqueologia e antropologia forense, devido aos riscos a que são expostos tanto os Guarani e Kaiowá, quanto os próprios profissionais e agentes estatais. O chamado *Massacre de Caarapó* foi um acontecimento extremamente impactante e simbólico, que há quase uma década mobiliza a memória e reitera a resistência nas retomadas territoriais, porém, a considerar que se passa em um espaço em constante transformação, sua própria caracterização e significação arqueológica é cercada de desafios. A proposta para a pesquisa consiste em análise em fontes documentais, entrevistas a interlocutores e visitas à *tekoha Kunumi Poty Verá*, local este redesignado após a morte de Clodiodi, como forma de homenagem póstuma, a fim de caracterizar esse local histórico, marcado pela violência e pelo legado traumático suportado pela comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Territórios Tradicionais; Povos Indígenas; Memória; Trauma coletivo

ABSTRACT

The extremely violent land issues in the state of Mato Grosso do Sul are directly linked to the neocolonial strategy of superimposing export-oriented agribusiness on traditional indigenous territories. The state is home to nine peoples – Terena, Guarani, Kaiowá, Ofaié, Kadiwéu, Guató, Kinikinaw, Atikum and Kamba – who, each in their own way, face the serious consequences of territorial usurpation. Specifically, the Guarani – Ñandeva and Mbya – and Kaiowá, occupy the southern and southwestern regions, where in the past the exploitation of yerba mate and currently soybean farming and the expansion of real estate speculation have taken away their traditional territory. In the city of Caarapó, in 2016, heavily armed farmers and gunmen murdered indigenous health agent Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, 23, and left six other indigenous people injured by firearms, in an extremely violent act that also involved the use of backhoes and the intentional burning of indigenous people's belongings – homes, tools and utensils. Since the disputed areas are not demarcated, but are referred to as reclaimed areas, their constant change is a striking characteristic, which prevents traditional archeological and forensic anthropological work from being carried out, due to the risks to which both the Guarani and Kaiowá, as well as the professionals and state agents themselves, are exposed. The so-called Caarapó Massacre was an extremely impactful and symbolic event, which has been mobilizing memory for almost a decade and reiterating resistance to territorial reclaims. However, considering that it takes place in a space in constant transformation, its very characterization and archaeological significance are surrounded by challenges. The research proposal consists of analyzing documentary sources, interviews with interlocutors and visits to *tekoha Kunumi Poty Verá*, a place redesignated after Clodiodi's death as a form of posthumous tribute, in order to characterize this historical site, marked by violence and the traumatic legacy endured by the community.

KEYWORDS

Traditional Territories; Indigenous People; Memory; Collective Trauma.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LINI, Priscila. KUNUMI POTY VERÁ – A (IM)PERMANÊNCIA DO MASSACRE DE CAARAPÓ. Cadernos do Lepaarq, v. XXII, n. 44, p. 98 - 111, Jul-Dec, 2025.

INTRODUÇÃO

A questão indígena no estado de Mato Grosso do Sul suscita grandes preocupações em relação aos direitos humanos fundamentais. As disputas territoriais travadas desde períodos coloniais, permanecem em curso, intensificadas no transcurso do século XX, na ocupação das fronteiras pelas forças do Exército, para o controle nacional, mas também pela ação privada de companhias ervateiras e madeireiras.

Na transição para o século XXI, com a transformação do espaço geográfico pela monocultura agroexportadora – gado, cana, soja – os conflitos se acirraram, uma vez que a ação articulada entre o Estado e particulares detentores de capital atua em conjunto para a ampliação dos territórios do neocolonialismo de extração primária à custa do avanço sobre territórios tradicionais.

Um caso emblemático de um embate desta natureza foi o assassinato do agente de saúde Clodiodi de Souza, indígena que atuava em uma área de retomada no município de Caarapó. A violência que caracterizou o crime, a exposição de toda a comunidade envolvida à brutalidade contra sua integridade física, moral e espiritual, mas, especialmente, a fragilidade a que foi exposto o grupo, uma vez que o aparato estatal não se mostrou suficiente para a contenção da agressão de maneira eficaz e tempestiva.

Assim como outras lideranças emblemáticas à luta por territórios tradicionais, como Marçal de Souza, a honra à memória das vítimas de agressões injustificáveis é uma estratégia de resistência e enfrentamento às sucessivas ameaças e ao apagamento intencional das trajetórias de comunidades indígenas em busca da garantia de direitos básicos, como o espaço de vida e a integridade física.

O presente escrito tem por finalidade analisar a importância da criação de um espaço de memória que demarque, em tempo e espaço, a ocorrência deste evento traumático, que alterou definitivamente a vida da comunidade. A pesquisa teve por base fontes bibliográficas, jornalísticas e documentais, aplicadas por intermédio do método hipotético-dedutivo em análise qualitativa. Complementarmente, uma etnografia visual e de documentos, produzidos no contexto do fato ocorrido, ainda que em distintas temporalidades.

Como objetivo, propõe-se a construção, em diálogo com o grupo envolvido, de um local apropriado para a rememoração do ocorrido, de maneira que seja símbolo da luta permanente pela territorialidade ancestral, e também para o fortalecimento da comunidade Guarani-Kaiowá, não somente em Caarapó, mas no estado de Mato Grosso do Sul.

1. A TERRA VERMELHA EM PERMANENTE DISPUTA

Mato Grosso do Sul é um dos estados da federação com maior população autodeclarada indígena, e também um dos mais violentos para com esses povos. Sua ocupação remonta a um histórico de sucessivas estratégias de colonização, que afetaram negativamente – cada uma a sua maneira – as diferentes culturas que ancestralmente se fizeram presentes. Praticamente todos

os povos foram diretamente impactados pela Guerra do Paraguai. Os Terena, a partir do século XX, pela implementação das linhas telegráficas, das vias férreas e pela presença do Exército em pontos de conexão com o Pantanal.

Os Guató, os Kadiwéu e os Ofaié, impactados pela pecuária intensiva, sendo este segundo povo também espoliado de suas terras pela produção sucroalcooleira. Os Guarani-Kaiowá, explorados exaustivamente como mão de obra no ciclo econômico da erva-mate, e após o declínio desta atividade, violentamente despojados do território tradicional pela colonização incentivada e projetos desenvolvimentistas destinados à monocultura agroexportadora, assim como os demais grupos, Kinikinaw, Atikum e Kamba.

Conforme o Atlas Agropecuário, 92% do território sul-mato-grossense está em terras privadas; 83% desse total, são de latifúndios - a Fazenda Yvu, onde ocorreu o massacre, por exemplo. O restante do território do estado está destinado a áreas protegidas (4%), incluindo aqui as terras indígenas, e 1% de assentamentos. (SANTANA e MIOTTO, 2017). Em comum, todos esses povos experimentam violências reais e simbólicas, uma vez que não se alinham em seus modos tradicionais de vida com os meios de produção do capital.

A penúltima década do século XIX inaugurou um processo de perdas territoriais dos povos Kaiowá e Guarani no Sul da então Província de Mato Grosso. Com o fim do conflito bélico da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a demarcação física da fronteira seca entre Brasil e Paraguai (1872), abriu-se espaço para o avanço das frentes de expansão econômica, sendo criada, em 1882, a Companhia Mate Laranjeiras, dedicada à extração da erva-mate, nativa na região. A extração da erva incorporou, em larga escala, a mão-de-obra dos Kaiowá e Guarani, submetendo-os ao regime de dívidas pelo fornecimento de víveres, roupas e ferramentas. O trabalho na erva-mate também impôs o deslocamento de muitas famílias, forçadas a deixarem os espaços dos seus tekoha, para residirem junto aos acampamentos de extração de erva da Companhia, o que provocou desarticulação e a fragilização de redes de alianças, baseadas na residência, no parentesco e na cooperação ritual. (COLMAN e PEREIRA, 2020, p. 57-58)

Contemporaneamente, a crescente valorização das terras pela especulação imobiliária urbana e rural agrava o processo de desterritorialização. Consideradas áreas nobres para o cultivo, ou reservas periurbanas contíguas às cidades que se expandem em condomínios de luxo, as terras Guarani-Kaiowá são extremamente visadas por investidores, grandes proprietários e latifundiários. Como consequência, o amplo espaço itinerante se fragmenta, de forma que a circulação, o estabelecimento cíclico de moradias, roças e casas de reza são interrompidos.

A fragmentação não somente sensibiliza as comunidades, mas cada um de seus membros, que terminam por perder seu autorreconhecimento e identidade. A relação com o território não é somente física, mas também espiritual, pois diretamente vinculada à compreensão de vida plena. Não se habita um território, se é o território, de maneira muito mais complexa que a simples

habitação.

Na situação atual, ocorre que, com a fragmentação do amplo território guarani e a apropriação de partes desse território por distintos estados nacionais, as redes de alianças entre várias comunidades que formam um *tekoha guasu* podem estar dispersas por mais de um país. Esse é o caso de comunidades kaiowá e guarani localizadas no Mato Grosso do Sul, no leste e sudoeste do Paraguai. (...) Nesse amplo território concebido como território guarani ou *guarani retã*, se desenvolvem relações sociais, políticas, econômicas e rituais a partir da mobilidade de pessoas, famílias ou mesmo de parentelas através do caminhar — *oguata* — instituição de forte enraizamento na cultura das etnias de língua guarani. (PEREIRA, 2016, p. 50)

Assim, não basta simplesmente a busca de reservas demarcadas – o que sequer é implementado pelo aparato estatal competente. A constante mobilidade entre fronteiras, a necessidade das longas caminhadas, das visitas entre familiares, as trocas econômicas e simbólicas, todos esses elementos materiais e espirituais de construção de uma vida plena motivam a luta pelo território.

O processo de construção do conceito "terra indígena" foi longo e juridicamente complexo. No entanto, ainda paira sobre ele bastante desconhecimento, inclusive em espaços onde isso não deveria ocorrer, como na administração pública. Há também, e sobretudo, grande mobilização de setores conservadores da sociedade, que pretendem suspender ou até revogar os direitos territoriais indígenas, ou ainda atribuir novos significados ao conceito, seja por meio de influência política direta na atuação do Poder Executivo federal, ou por iniciativas no âmbito do Congresso Nacional. (CAVALCANTE, 2016, p. 17-18)

A forma que os Guarani-Kaiowá encontraram para o enfrentamento do esbulho renitente foi a organização por reaver as terras, em uma estratégia denominada “retomada”. Nessas retomadas, a comunidade, mobilizada pelas lembranças e pela história oral da ocupação de longa data, guiada por anciãos e líderes espirituais, se articula para reocupar seus espaços tomados por fazendas e latifúndios.

Esses momentos, carregados de tensão, não encontram respaldo ou proteção pelo aparato de segurança estatal, que nesses momentos é executado por parte das forças policiais. Em verdade, existe uma articulação entre agentes políticos, econômicos e de segurança, justamente com a finalidade de dispersar e intimidar os grupos que buscam reaver suas terras. Nesse contexto, “por volta da década de 1980, o pouco espaço de que dispunham nas reservas demonstrou a inviabilidade das soluções encontradas nas reservas, fazendo eclodir conflitos insolúveis e instaurando um estado de mal-estar social, que perdura até os dias de hoje” (PEREIRA, 2016, p. 109).

Tais embates resultam em graves violências físicas, assassinatos, ameaças e sequestros de

indígenas, principalmente lideranças, rezadores, jovens e membros da comunidade que atuam em saúde, educação e políticas públicas (RANGEL, 2024). Esses ataques, além da intimidação, têm por finalidade fragilizar o grupo indígena, inibindo as retomadas e demandas por direitos básicos. Um desses embates foi o caso de Clodiodi Aquiles de Souza, assassinado em uma retomada em Caarapó.

2. A MORTE DO ‘CORPO TERRITÓRIO’ – NÃO É SOMENTE UM ÓBITO

A morte de um agente de saúde, jovem e conhecido pela comunidade, gerou uma grande comoção, especialmente por ser um grupo que já vinha sofrendo sucessivas ameaças e agressões. “Em 2016, o indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 23 anos, morreu após confronto com fazendeiros e peões armados. Outros seis ocupantes ficaram feridos. Após a morte de Clodiodi, a área foi rebatizada em homenagem à vítima e passou a se chamar *Kunumi Poty Vera*, que significa *guerreiro iluminado*”. (ARAÚJO e DUARTE, 2018)

O confronto ocorreu na fazenda Yvu, que está dentro dos limites da Terra Indígena Dourados Amambaipegua 1, em Caarapó – MS. Referido óbito não se configura simples homicídio, mas crime doloso contra a vida que tem enorme carga simbólica: de intimidação, de colonialismo, racismo e manifestação de poder político-econômico.

“Frustrados da expectativa de que os policiais retirariam os índios do local, os proprietários rurais [que foram presos] e mais 200 ou 300 pessoas [ainda não identificadas], munidas de armas de fogo e rojões, se organizaram para expulsar os índios à força do local em 14 de junho. De acordo com testemunhas, foram mais de 40 caminhonetes que cercaram os índios, com auxílio de uma pá-carregadeira, e começaram a disparar contra a comunidade. De um grupo de 40 a 50 índios, oito ficaram feridos e um veio a óbito. Dos indígenas lesionados, um deles continua internado”, diz a nota do MPF. (BRASIL, 2016)

A eliminação física de um indígena, de maneira não aleatória, mas envolvida em um entorno de disputa por terras, por expansão de influência econômica e fragilização de um grupo considerado inferior pela comunidade envolvente, por escolher manter modos de vida que não a busca incessante por acúmulo de recursos, demonstra que um corpo como o de Clodiodi é escolhido como ‘matável’. Isso tem conotações outras, para além de um ato isolado e impensado, pois manifesta o que Mbembe (2018) define como *necropolítica*.

O corpo deste jovem, inumado em seu espaço de vida – e não em um cemitério, é simbolicamente interpretado pela comunidade como a materialização de uma luta por espaço vital, de sobreviver dentro de sua própria compreensão de plenitude. Pode ser compreendido como um *corpo-território*, noção elaborada pela cientista social argentina Verónica Gago: “[a] conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p. 107)

Nesta mesma acepção, o “corpo-território consiste em dimensão biológica, mental, social e cosmogônica. Essa correlação intrínseca entre corpo e território constitui chave da leitura para compreensão das explorações e espoliações colonialistas, capitalistas, racistas e patriarcais” (CORADIN e OLIVEIRA, 2024, p. 1/3). A simbologia que a finitude desses corpo-territórios carrega demonstra que, uma vida fora desse espaço, sequer pode ser considerada vida, e sim, uma existência desprovida de bem-estar e sentido.

Esse não foi o único episódio, situações semelhantes são frequentes nesses territórios, como os casos de Semião Fernandes Vilhalva, 24 anos, e dos rezadores Sebastiana Gauto, de 92 anos e Rufino Velasquez, de 75 anos:

Vilhalva foi morto a tiros enquanto bebia água perto de um córrego dentro de uma das fazendas vizinhas à aldeia Campestre. O homicídio foi alvo de protesto de manifestantes em Campo Grande na quinta-feira (3). O corpo dele foi encontrado enquanto fazendeiros e indígenas estavam em conflito, durante a retomada de uma das fazendas ocupadas por indígenas nas últimas semanas. O caso foi registrado como homicídio culposo na delegacia de Polícia Civil de Antônio João e, até o momento, nenhum suspeito foi identificado ou preso pelo crime. (PAVÃO, 2015)

O casal de rezadores Guarani e Kaiowá, Sebastiana Gauto e Rufino Velasquez, foi encontrado morto e carbonizado na casa onde viviam nesta segunda-feira (18), na aldeia Guasuty, no Mato Grosso do Sul (MS). O território fica na cidade de Aral Moreira (MS), que faz fronteira com o Paraguai. “A *nhandesy* [rezadora] Sebastiana vinha recebendo várias ameaças de morte nos últimos anos, inclusive sendo chamada de 'feiticeira', com discursos coloniais recorrentes e reproduzidos no MS”, afirmou em nota a Kuñangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá. (MONCAU, 2023)

Tais vítimas e seus locais de óbito significam a própria luta do povo Guarani-Kaiowá pelo *tekoha*, pelo território em que se é, mais do que se habita. Ser e fazer território envolve todas as tessituras possíveis de relações, entre pessoas, entre natureza e entre espiritualidade. Plantar, colher, caminhar e viver. O alimento, só é saudável se cultivado com a semente certa, no local e tempo apropriados. Outros alimentos até podem encher o corpo, mas não nutrem e não fortalecem, não atribuem energia e longevidade. O corpo só é íntegro se puder se movimentar e se expressar com liberdade, nos locais onde os ancestrais receberam seus conhecimentos e se imbuíram de seu espírito.

Demarcar esses lugares simbólicos de luta, de articulação e de resistência possui uma importância extrema para os Guarani-Kaiowá, tanto que uma das primeiras providências é atribuir um nome, uma identidade para cada retomada. As crianças, jovens e anciãos participam ativamente da luta pela terra, pois a eles ela também pertence e a eles será transmitida. A ideia de que

a violência pode demarcar o local de maneira mórbida ou negativa não se aplica, especialmente por se tratar de um grupo que diuturnamente está a ela exposto.



Figure 1: Enterro de Clodiodi de Souza, na Fazenda Yvu, em Caarapó (Imagem: Ana Mendes/CIMI)

Cada corpo é território, e simultaneamente o território incorpora-se a cada um dos organismos do grupo – pelo ar respirado, pelo alimento dado pela terra, bela água sorvida. Clodiodi, assim, ainda está ali, e nada poderá removê-lo. Sua eliminação física converte-se em uma manifestação metafísica para toda a retomada, um homem que se transforma “sacrificialmente” no imaginário, mas cuja transformação é real (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p. 113) que se transfigura nele próprio: *Kunumi Poty Vera*.

3. HISTÓRIAS APAGADAS, MEMÓRIAS PERSISTENTES

A forma como tais violências são retratadas pela mídia, como são encaradas pela sociedade envolvente, e, principalmente pelos aparatos estatais oficiais de segurança e justiça, revelam muito das práticas de silenciamento, do poder discursivo hegemônico, e, sobretudo, a manifestação de poderes econômicos preponderantes no contexto local.

Tratar as retomadas como momentos de agressividade por parte dos indígenas, retratando-os como desordeiros, violentos e pouco ‘civilizados’ é uma estratégia para deslegitimar sua luta territorial. A fala predominante em comentários de redes sociais e de portais de conteúdo é de que os Guarani-Kaiowá são “invasores”, “oportunistas”, “vadios” ou “desocupados”, que agem de má fé para usurpar indevidamente as propriedades de prósperos e dedicados produtores rurais, que contribuem ativamente com o progresso local, geram empregos e riquezas para o estado e seus municípios. Pouco que se questiona a titularidade dessas terras, sua origem, seu registro originário e suas formas de obtenção.

Ademais, os próprios latifundiários construíram suas relações sociais e econômicas em todos os âmbitos do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Tanto nos municípios (prefeitos, vereadores), no estado (deputados estaduais, governadores, secretários, membros das polícias, e integrantes do judiciário) e até mesmo em nível federal (deputados federais, senadores e ministros). Os veículos de imprensa tradicionais, como retransmissoras de televisão, mídias impressas e sites de notícias, também são de propriedade de elites diretamente beneficiadas pelo agronegócio exportador.

Dessa maneira, tais fatos noticiados – isso quando são noticiados – têm um caráter meramente reforçador dos estereótipos atribuídos aos Guarani-Kaiowá, de forma que a pouca atenção que recebem serve apenas para desumanizar os casos e mencionar, burocraticamente, as poucas providências tomadas pela polícia e pela justiça. Assim, nos dias seguintes, as reportagens se tornam cada vez mais escassas, os assassinatos são precariamente investigados, e a justiça prossegue com os processos de reintegração de posse contra os indígenas. Resta somente às comunidades elaborar o luto e as rupturas dele decorrentes, de maneira a honrar, de sua maneira própria, a memória de seus falecidos.

A tentativa de desmobilizar esses discursos em prol da presença indígena e da luta pela terra tem a finalidade de removê-los dos documentos, das fontes oficiais e não oficiais que construíram e constroem a memória coletiva. O cone-sul de Mato Grosso do Sul não é mais território indígena, é um novo cenário, o da dominância do ‘agro’ e do rápido progresso econômico por ele proporcionado.

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 4)

A história oral, os relatos de sobreviventes e descendentes, adquirem assim uma relevância muito maior, pois são os testemunhos do terror vivenciado, ao qual se acumulam a revolta pela impunidade e a sensação de desamparo. O abandono intencional, a demonstração de poder simbólico operada por uma investigação frágil e pouco consistente, um processo moroso, caro e quase incompreensível para os afetados, tudo isso corrobora com o abuso contra tais memórias dissidentes. Restam apenas os nomes atribuídos aos fatos, comentados e transmitidos através de traumas geracionais (CHO, 2008). O “Massacre de Caarapó” é um marco pouco comentado na cidade que lhe denomina, cuja ocultação e esquecimento são intencionalmente cumpridos pelas instituições, mas uma cicatriz permanente da *tekoha Kunumi Poty Vera*, na Terra Indígena

Dourados Amambaipegua 1.

Ainda que quase sempre acreditem que o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência. (POLLAK, 1989, p. 9)

Na tentativa de apaziguar as contradições locais, a tática de silenciamento e opressão direcionadas às retomadas, as ameaças a seus líderes, rezadores e articuladores é cotidianamente empregada, sendo apenas questionada pontualmente por algum Defensor Público mais engajado ou um Promotor cuidadoso. Acostumados a terem suas palavras distorcidas por repórteres pouco escrupulosos, por terem seus nomes expostos em reportagens que os convertem em alvos fáceis das milícias rurais como as que vitimaram Clodiodi e tantos outros, os sobreviventes e testemunhas estabelecem um pacto de silêncio, como forma de autopreservação.

Porém, internamente, figuras como Marçal de Souza, Clodiodi de Souza e Marcos Veron são ganham uma conotação de mártires pela comunidade, que, em seu nome, se articula e se fortalece na luta pela terra. Nas palavras da filha de Marcos, Valdelice: "Quando pensamos território é porque tem história ali, tem memória. Essa memória não é da terra, mas da divindade que a protege. A divindade que ainda está ali, está junto com a gente e ainda está nos protegendo. (...) Pode passar cem mil anos, e essa percepção continuará viva, porque a memória coletiva, a história coletiva, esse repasse de conhecimento, não vai ser apagado. Nunca é apagado. (VERON, 2024)

4. MAIS QUE UM LUGAR PARA LEMBRAR, UM ESPAÇO PARA NÃO ESQUECER

O ataque do grupo armado que vitimou Clodiodi e feriu outros seis indígenas ocorreu em uma área de disputa, cobiçada pelo agronegócio e pelas cidades que se expandem em condomínios de luxo. A ação coordenada entre fazendeiros fortemente armados, com certa conivência e inação da polícia, revela a completa inversão de valores: os Guarani-Kaiowá são considerados intrusos em suas próprias terras.

Na *tekoha Kunumi Poty Vera*, não há um cemitério construído, com lápides e túmulos, portões e estruturas. Tanto pela relevância cultural, de manter o corpo descansando onde sempre viveu, porque "os Kaiowá desenvolvem fortes vínculos afetivos com os locais onde residiram seus antepassados, mesmo com a alteração da paisagem" (PEREIRA, 2016, p. 93) quanto força de simbólica, de demarcar o local do óbito ocorrido em circunstâncias honrosas de luta pelo espaço de vida, Clodiodi foi sepultado próximo a uma árvore, com uma cruz simples de madeira indicando o exato local de seu fim no plano físico.



Figure 2: Túmulo de Clodiodi Aquiles de Souza (Imagem: Ana Mendes/CIMI)

Preservar esse espaço de memória traumática não se trata de uma violência, e sim, uma reafirmação da presença deste membro da comunidade e de sua capacidade de mobilização. Também há que se considerar a defesa do local contra futuros ataques, estando a indicação do Massacre de Caarapó como uma marca permanente, que lembre os responsáveis da necessidade de assistência e vigilância contínua, tempestiva e eficaz contra tais agressões.

Considerando a micromobilidade típica da cultura Guarani-Kaiowá, que insta seus membros a constantes caminhadas, visitas e manutenção de redes colaborativas pelo amplo espaço itinerante da *tekoha guasu*, ter um ponto fixo de recordação demonstra que a estratégia de esquecimento intencional perpetrado pelos meios oficiais dificilmente vai superar a força da oralidade e da transmissão de conhecimentos e lembranças pela fala e pelo raco de histórias do passado, tão apreciadas por esse povo.

Transformar espaços de dor em locais de manifestação do sagrado e da reverência aos que caíram na disputa do território é um meio de fortalecer a comunidade, pois todos, desde a mais tenra idade dela participam. Daí “a importância do esforço em ativar a memória sobre as formas societárias desenvolvidas anteriormente nos locais de antiga moradia, agora reivindicados, como procedimento que opera a reagregação de antigos moradores e seus descendentes”. (PEREIRA, 2016, p. 104)

Esse túmulo extremamente simples em termos materiais, congrega uma complexidade e um simbolismo de enorme relevância. Dar ao “Massacre de Caarapó” sua real dimensão: social, política, cultural e espiritual – é uma maneira de atribuir tangibilidade às dores e dificuldades cotidianamente sofridas pelos Guarani-Kaiowá. Mas, sobretudo, deve significar uma mensagem maior: a que outro massacre como este não aconteça outra vez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão indígena em Mato Grosso do Sul não se reduz a um conflito pontual ou a uma disputa territorial isolada; antes, ela se insere em um longo arco histórico de violência estrutural, no qual a espoliação do território e a negação de direitos fundamentais são reiteradas por meio de mecanismos econômicos, jurídicos e simbólicos. A morte de Clodiodi de Souza, longe de ser um episódio único, revela a continuidade de um projeto colonial que se atualiza sob novas formas, agora travestido de desenvolvimento econômico, mas ainda fundamentado na exclusão e na supressão violenta de modos de vida que resistem à lógica do capital.

A noção de corpo-território, elaborada a partir de teorias contemporâneas, encontra convergências com certas noções da corporalidade Guarani-Kaiowá, e expõe a insuficiência das interpretações jurídico-formais sobre a terra. Para esses povos, o território não é um mero recurso a ser apropriado, mas uma dimensão constitutiva da existência, onde se entrelaçam relações materiais, espirituais e políticas. A violência contra indivíduos como Clodiodi, Sebastiana, Marcos ou Semião, não é apenas um ataque a pessoas, mas uma tentativa de desarticular essa teia de significados – um esforço para romper, pela força, os vínculos que sustentam a resistência coletiva. Referida teia se expressa nas relações de liderança, parentesco, religiosidade e auxílio material – são agentes de saúde, rezadores, pessoas de importância política e comunitária os alvos preferenciais em crimes dessa natureza.

O silenciamento midiático e a inércia estatal diante desses crimes não são meras omissões, mas estratégias ativas de apagamento. Ao relegar tais eventos a notas breves ou narrativas distorcidas, reforça-se a ideia de que essas mortes são inevitáveis – ou mesmo justificáveis – em nome de um progresso que beneficia apenas alguns. A memória, portanto, torna-se um campo de batalha: lembrar é resistir, mas também é exigir justiça em um contexto onde a impunidade é a regra. O túmulo de Clodiodi, simples e despojado, não é um monumento estático, mas um marco vivo, um testemunho físico de que a luta persiste mesmo quando o Estado falha.

A proposta de um espaço de memória, construído em diálogo com a comunidade, não se limita a registrar um evento traumático. Ele se insere em uma tradição Guarani-Kaiowá de resistência através da oralidade e da presença no território, um modo de assegurar que as gerações futuras não apenas conheçam a história, mas a vivam como parte de sua própria identidade. Esse local não seria um arquivo de dor, mas um lugar de reafirmação: um sinal de que a violência não apagou os nomes, as histórias ou os laços que unem os vivos aos que já partiram.

A persistência dessas memórias desafia a narrativa hegemônica que trata o agronegócio como destino inevitável e os povos indígenas como obstáculos a serem removidos. Se o Estado insiste em relegá-los à marginalização jurídica e à vulnerabilidade física, a resposta Guarani-Kaiowá tem sido a reocupação, não como gesto de confronto, mas como reafirmação de um direito ancestral que precede e transcende as leis escritas. Nesse sentido, cada retomada é um ato de reconstrução, não apenas do território, mas da própria noção de futuro.

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul não se esgota em demarcações ou reparações sim-

bólicas, ela exige uma transformação radical na maneira como a sociedade compreende justiça, pertencimento e coexistência. Enquanto o modelo de economia de exploração persistir, alimentado pela convivência estatal e pelo apetite do mercado global, os conflitos continuarão. Mas, como demonstra a resistência Guarani-Kaiowá, há outras formas de habitar o mundo, e é nelas, talvez, que reside a possibilidade de um horizonte menos violento.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Vinícios; DUARTE, Osvaldo. PF garante reintegração mesmo com resistência indígena. Disponível em: < <https://www.douradosnews.com.br/dourados/considerada-delicada-operacao-de-reintegracao-mobiliza-agentes-de/1078401/>>. Acesso 20 jun. 2025.
- BRASIL, Kátia. Polícia Federal prende fazendeiros acusados de ataque aos índios Guarani Kaiowá. Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/policia-federal-prende-fazendeiros-acusados-de-ataque-aos-indios-guarani-kaiowa/>>. Acesso 21 jun. 2025.
- CAVALCANTE, Tiago. "Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História (São Paulo)* v. 35, e. 75, 2016.
- CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, Secrecy, and the Forgotten War*. 2008. Minneapolis: University of Minnesota. Press, 2008.
- COLMAN, Rosa; PEREIRA, Levi. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e suas Incansáveis Lutas pelos Tekoha frente às Transformações Territoriais, Ambientais e Formas de Mobilidade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.14 N.32020 ISSN: 1984-1639
- CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone Santos. Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. *Saúde debate [Internet]*. 20º de agosto de 2024; 48 (Especial 1 ago)
- GAGO, Verónica. *A potência feminista*. São Paulo: Elefante, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MONCAU, Gabriela. Casal de rezadores Guarani e Kaiowá é encontrado carbonizado no Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/19/casal-de-rezadores-guarani-e-kaiowa-e-encontrado-carbonizado-no-mato-grosso-do-sul/>>. Acesso 20 jun. 2025.
- PAVÃO, Letícia. Direitos humanos da ONU 'condenam' morte de índio em conflito em MS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/direitos-humanos-da-onu-condenam-morte-de-indio-em-conflito-em-ms.html>>. Acesso 20 jun. 2025.
- PEREIRA, Levi. *Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado*. - Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 01. 2. n. 1, 1989, p. 3-15.
- RANGEL, Lucia Helena (org). *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023 / Conselho Indigenista Missionário*. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário,

2024.

SANTANA, Renato; MIOTTO, Tiago. Meu glorioso Clodiodi: Um ano do Massacre de Caarapó, demarcação foi anulada e fazendeiros soltos. Disponível em: < <https://ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/186-noticias/noticias-2017/568728-meu-glorioso-clodiodi-um-ano-do-massacre-de-caarapo-demarcacao-foi-anulada-e-fazendeiros-soltos>> Acesso em 21 jun. de 2025.

VERON, Valdelice. Podemos sim mudar e revitalizar a terra. Entrevista concedida a Emanuely Miranda. Revista ClimaCom, Território e Povos Indígenas. ano 11, nº 26, 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 10/07/2025

Publicado em: 19/12/2025